

RESENHA

O anti-semitismo nas Américas de Tucci Carneiro

André de Lemos Freixo

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *O anti-semitismo nas Américas: história e memória*. São Paulo: Fapesp/EdUSP, 2007, 744 páginas.

No ano em que os judeus no mundo inteiro celebram os 60 anos da Independência do Estado de Israel, torna-se oportuna a publicação da coletânea de artigos “O anti-semitismo nas Américas: história e memória”. Organizada pela historiadora e professora livre-docente do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) Maria Luiza Tucci Carneiro, o livro reúne um considerável time de profissionais de diferentes nacionalidades, composto, mormente, por historiadores.

Carneiro, desde a publicação de sua tese de doutorado – “O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1937-1945)”, em

1987, já em sua terceira edição –, é a autora brasileira que mais publicou estudos em História acerca da temática do anti-semitismo no Brasil, inaugurando o que se pode caracterizar como uma corrente historiográfica sobre o assunto no país. Basta perceber que mais de 50% dos artigos publicados no livro em questão fazem referência não apenas aos seus trabalhos, como também seguem algumas de suas principais conclusões.

A coletânea apresenta os resultados de diferentes pesquisas, reunidas a partir da proposta de observação do que foi chamado “o movimento anti-semita nas Américas” sob o viés da dinâmica histórica. Ou ainda, sob este viés – o da dinâmica histórica –, nos defrontamos com conceitos de continuidade e ruptura que, de acordo com os estudos da história das mentali-

dades, se inscrevem nos tempos da longa duração, análise indispensável para a percepção de diferentes modalidades do antijudaísmo. Daí a preocupação em investigarmos as raízes do anti-semitismo nos países americanos enquanto fenômeno moderno (p. 14).

Neste sentido, podemos ler o prefácio de Pilar Rahola – licenciada em Filologia, jornalista e ativista na luta contra o “eterno” anti-semitismo – como o coroamento da perspectiva interpretativa de Tucci Carneiro só que por um viés decididamente político. “O anti-semitismo, esta hidra de mil cabeças” soa como uma chave de leitura para o livro, elaborada e conduzida pela verve apaixonada da autora. Rahola clama pela luta em prol da causa que identifica em qualquer crítica ao Estado de Israel, por exemplo, o “veneno” do anti-semitismo, e a qualquer crítica aos usos do conceito Holocausto, uma ofensa à memória das vítimas do *Shoah* e uma tentativa de diminuir a “culpa europeia” pelo genocídio (p. 19).

Ora, é no mínimo curioso encontrar um “prefácio” com tom altamente militante num livro composto em grande medida por artigos de historiadores profissionais e resultado de pesquisas aca-

dêmicas. Seu prefácio funcionaria, penso, como uma “chave da memória”, isto é, uma sacralização do tema, com argumentação preventiva (um soro?) às críticas (veneno?) que porventura se façam a qualquer dimensão do judaísmo e/ou ao Estado de Israel.¹ Resta saber, ainda, se esta chave de argumentação é a *raison d'être* de todas as pesquisas e profissionais ali elencados. Ao final da leitura, contudo, não parece correto supor que todos os historiadores que contribuíram com artigos submetam suas pesquisas a uma interpretação sacralizante ou necessariamente engajada.

Pois bem, vamos aos artigos. A distribuição destes é feita em duas partes. A lógica que rege esta distribuição é a clássica, porém, não livre de problemas, diferenciação proposta por Hannah Arendt e Leon Poliakov, entre o anti-semitismo tradicional (religioso, séculos XIV-XVIII) e o moderno (biologizante e racista, do XIX em diante).

O livro, contudo, é desigual. Em alguns de seus artigos certamente não se observa uma pura e simples aderência à linha teórica proposta pela organizadora. Por sua longuíssima extensão o livro torna-se um pouco cansativo para o leitor. Isso se dá, também, pois o tom de repetição entre alguns dos

artigos torna a leitura um pouco maçante, o que acontece tanto na primeira quanto na segunda parte.

Anita Novinsky, em “Anti-semitismo, os marranos e a *fluctuatio animi*”, analisa, através de alguns relatos de testemunhos, imagens literárias, crônicas e textos dos séculos XIII ao XVIII, sobre quais se verificariam os efeitos de séculos de exclusão, repressão e clandestinidade contra portugueses cristãos-novos ou marranos. Sua ênfase, como ela mesma diz, repousa no campo dos sentimentos. Novinsky apresenta a hipótese de que o “secular anti-semitismo ibérico deixou um carimbo na mente e na psicologia dos marranos” (p. 29), devendo, portanto, ser problematizada a condição mental destes “conversos forçados”.

Bruno Feitler, em “Circulação de obras antijudaicas e anti-semitas no Brasil Colonial”, afirma que “a conversão forçada também repercutiu de forma durável sobre toda a sociedade portuguesa da época moderna” (p. 65). Sua análise reitera a existência do “preconceito racial”, “racismo antijudaico” e “o discurso racial anti-cristão-novo” amparados pelo “estatuto de pureza do sangue” que regulamentava a “legislação segregacionista” lusitana (p. 81).

As conclusões dos artigos da primeira parte soam, contudo, um

pouco semelhantes. Embora as pesquisas primem pela apresentação de novas fontes, os quatro artigos desta parte identificam uma aura de “preconceito racial” existente tanto na Península Ibérica quanto no “Novo Mundo”, entre os séculos XV e XVIII. Suas conclusões seguem de forma bem próxima as já anuncias por Tucci Carneiro em seu livro “Preconceito racial em Portugal e no Brasil Colônia”.

A seção que trata do “anti-semitismo moderno”, por sua vez, subdivide-se por estudos referentes a nacionalidades: Argentina, Brasil, Chile, Peru, Estados Unidos, Canadá, Cuba e Uruguai. Contém, também, dois estudos comparativos entre a lógica inclusão/exclusão nos populismos de Vargas e Perón, e outro entre Peru e Bolívia, analisando a questão dos refugiados judeus do nazi-fascismo e as posições dos governos boliviano e peruano.

Os dois primeiros artigos referentes ao caso argentino, por exemplo, centram sua análise sobre a circulação de livros como “Os protocolos dos sábios de Sião”, “O judeu internacional”, de Henry Ford, e sua “influência” nos meios de comunicação argentinos, assim como entre o imaginário social argentino e como isso ganhou contornos polí-

ticos ao longo do tempo. O terceiro artigo sobre a Argentina pretende

ajudar a estabelecer um quadro explicativo racional e analítico para estudar alguns elementos centrais da genealogia da construção católica e fascista da sexualidade e da corporalidade judaica, enfatizando as conexões políticas e simbólicas entre a imagem inventada do judeu estabelecida na Argentina pela formação nacionalista, e a imagem que diferentes sacerdotes católicos ligados aos fascistas e nacionalistas argentinos tinham da suposta função degeneradora dos judeus na sociedade argentina (p. 186).

Em “Trajetória de um mito conspirativo”, Daniel Lvovich analisa a estratégia de apropriação política destes libelos anti-semitas por setores antidemocráticos e antiliberais na Argentina entre as décadas de 1920-1980. Analisa a “aceitação e difusão” dos “Protocolos...” e de seus “textos epigônicos”, isto é, publicações como *Crisol* e *Bandera Argentina*, que reiteravam as conclusões sobre um complô judaico para a “subversão” da Argentina e buscavam doar legitimidade aos famosos embustes. Esta difusão cristalizaria, segundo Lvovich, a tradição que “encontrou nesses textos a matriz para um sistema de pen-

samento que atribuía aos judeus o papel de uma força conspirativa de caráter perene, no qual se combinava o velho antijudaísmo católico com motivos provenientes do anti-semitismo moderno” (p. 146).

Cabe mencionar uma sutil, porém fundamental, mudança no tom entre os artigos de Lvovich e o de Miguel Galante e Adrián Jmelnizky, “Em torno do mito da conspiração judaica”. Este último, ainda que o tema de sua análise seja o anti-semitismo na Argentina, não trata o fenômeno como única expressão da discriminação e afirma que “em muitos casos, também não representou sua manifestação mais virulenta”. Seu prisma de análise possibilita compreender as apropriações de idéias anti-semitas num conjunto mais amplo de práticas discriminatórias nacionalistas e reacionárias, ou, pelo menos, não exclusivamente anti-semita. Permite ver como as estratégias políticas de apropriação de temas e “argumentos”, já bastante antigos, foram acionadas em diferentes momentos históricos (décadas de 1930-1990), ao contrário de serem apenas manifestações de um mesmo fenômeno de longuissima duração.

Os artigos referentes ao Brasil são quase inteiramente conduzidos pelo caminho aberto por Tucci Car-

neiro em sua tese. Certamente merecem destaque os artigos de Jeffrey Lesser, Carneiro e Avraham Milgram, pela franca demonstração de um debate de idéias, e pela prova de que este assunto não está encerrado.

Lesser, em “Semitismo em negociação: o Brasil e a questão judaica (1930-1945)”, retoma suas críticas a algumas conclusões da tese de Carneiro – essas críticas já haviam sido apresentadas ao público brasileiro em 1995, em seu livro “O Brasil e a questão judaica”. Milgram situar-se-ia entre ambos, pois defende que ainda que tenha havido um componente ideológico anti-semita no Estado Novo, este não foi hegemônico e nem “totalmente assimilado pelas camadas dirigentes da burocracia governamental” (p. 383). Se, por um lado, Milgram observa que houve uma ideologia anti-semita por trás das dificuldades impostas à imigração de refugiados judeus, por outro ele reitera as ambivalências e contradições nas políticas de imigração judaica durante o Estado Novo que possibilitaram que muitos judeus entrassem pelas “brechas do sistema”.

Para Lesser, ainda que tenham existido medidas consideradas duras e que elas efetivamente tenham inviabilizado a entrada de imigrantes judeus no país, isso não mudou

a realidade dos judeus já residentes no Brasil. As leis e proibições teriam mais a ver com um “judeu imaginado”, que seria o foco de uma certa fobia, e não com os “judeus reais”. Esses judeus imaginários, diz Lesser, “que presumidamente eram ao mesmo tempo comunistas e capitalistas, [...] eram modelados de acordo com uma leitura ingênua do anti-semitismo e o ódio aos judeus europeus” (p. 275).

Segundo a organizadora do livro, porém, “o Brasil foi conveniente com a prática de extermínio em massa da população judaica que habitava os territórios alemães entre 1933 e 1945” (p. 295), e se fez valer da máscara do nacionalismo para isso. Para demonstrar seu ponto, a historiadora da USP levanta uma quantidade realmente considerável de documentos oficiais e textos diplomáticos que segundo seu entendimento pode “contribuir para a reconstituição da mentalidade anti-semita vigente”, e que “as autoridades brasileiras não poderão, jamais, afirmar que o governo desconhecia o sofrimento vivenciado pelos judeus na Alemanha e, posteriormente, nos demais países dominados pelos nazistas” (p. 301).

A coletânea, como disse, é desigual. Mapear a presença judaica nas Américas, por exemplo, é

muito importante, pois é um tema pouco estudado e que certamente merece contínuas pesquisas. Porém, simplesmente subsumi-lo à lógica interpretativa que entende tal presença segundo a chave exclusiva do anti-semitismo parece um pouco redutor. O relevante nos estudos sobre a vida dos judeus nas Américas, especialmente na América Latina – e ainda carente de estudos mais vigorosos sobre a presença dos judeus –, estaria em trazer a lume as várias facetas dessa presença. Pautar os dilemas do judaísmo europeu como demarcadores dos judaïsmos nas Américas, inclusive em épocas diferentes, retira ou esvazia as potencialidades desses judaïsmos, nascidas precisamente do contato com “os outros”, os não europeus. A lógica do anti-semitismo é uma parte, dependendo do “contexto”, mas não a totalidade da experiência judaica nas Américas.

O que um livro de denúncias a verdadeiros ou supostos anti-semitismos, no limite, comunica ao público brasileiro? Se “memória e história” são o subtítulo desta coleção, e (re)pensar “o que significa ser judeu na América” (p. 11) é seu objetivo anunciado, resta indagar: que relação poder-se-ia inferir entre esta combinação: história, me-

mória e identidade? O que esta história quer lembrar? E, ao lembrar, o que tacitamente esquece?

Alguns artigos, por exemplo, seguindo a lógica da denúncia do anti-semitismo passado, acionam uma verdadeira campanha pela reconstrução da memória de famosos intelectuais e políticos brasileiros. Oswaldo Aranha e Gilberto Freyre são alguns exemplos. Silvia Cortez Silva, em “O discurso anti-semita na obras de Gilberto Freyre”, denuncia a partir de minuciosa catalogação de alguns termos e intenções discursivas nas obras do *Mestre de Apipucos*, o que chamou de “o perfil anti-semita de Freyre” (p. 326). Ressalta também que o sociólogo teria um cuidado especial no uso de algumas palavras – “às vezes”, “provavelmente”, “talvez até”, “quase”, “parece”, “parece ser”, “supor”, “até certo ponto” – maquiavelicamente escolhidas e pensadas para dar “tons pastel e um ‘quê’ de leveza às cores fortes, típicas de quadros sombrios” (p. 326). Diz ainda que

desde 1921, Freyre usou estereótipos para construir o arquétipo do seu judeu. Abandonou o modelo de “judeu exceção” [desejável, assimilado] – Disraeli – para fixar, ao longo dos seus escritos, o seu pensamento anti-semi-

ta naquele que reputou de “Nós dentro do ‘Nós’ nacional” [...]. Freyre julgava ter o luso recebido do semita uma herança maléfica [...]. Ao se aprofundar nas entranhas de Casa-Grande & Senzala, percebe-se como Freyre julgou funesta a influência do elemento semita [...]. Endossando o imaginário anti-semita vigente, o autor atribuiu como “interesses” dos judeus: as especiarias, pedras preciosas, ouro e prata; ou seja, bens advindos de atividades não produtivas (p. 333-334).

Esta prática é bastante semelhante à lógica de “julgamento” presente nas afirmações de Carneiro ao condenar o “anti-semitismo” do chanceler brasileiro Oswaldo Aranha. Contudo, qual o objetivo deste tipo de denúncia? Será que se espera diminuir a importância da obra de Freyre, por exemplo? Ou apagar o fato de Aranha ter sido uma personagem central para a decisão da ONU em favor da criação do Estado de Israel? No limite, poderiam (ou deveriam) os historiadores “brincar de Minos ou Osíris”?²

Ao término de minha leitura, não pude deixar de recordar de minhas primeiras lições em História, ainda na graduação. Lembrei das leituras de Marc Bloch acerca do ofício dos historiadores e de

como aquilo balançou meu espírito. O historiador entre o julgar e o compreender. A primeira ação corresponderia a uma atitude fortemente arraigada à idéia de *história* no Ocidente, profundamente sedutora, mas atrelada a um deliberadamente aceito “sistema de referências morais”. A segunda seria a parte central do compromisso que Bloch legou aos historiadores: compreender, “palavra, sobretudo, carregada de benevolência”.³

Trabalhar com um tema como o anti-semitismo hoje pode oferecer aos historiadores um desafio que testa, a todo o momento, a atualidade do compromisso-herança de Bloch. O atual debate historiográfico sobre este tema encontra-se enredado nas aporias entre a lembrança e o esquecimento, a memória e a história, o julgar e o compreender. Resta saber se o compromisso-herança de Bloch goza ainda de atualidade.

Refletir sobre o que esse livro comunica quando o foco se dirige apenas ao anti-semitismo, é refletir sobre como os historiadores se engessam em armadilhas argumentativas e interpretativas mobilizadas pela denúncia como medida de precaução à suposta (eterna) ameaça e, mais decisivo, permite pensar por que essa versão continua presidindo gran-

de parte dos trabalhos acadêmicos na historiografia sobre judeus no Brasil.

Sem dúvida, este livro traz consigo as marcas desta polêmica, mas também a promessa de manter abertas as portas para o bom debate historiográfico e acadêmico acerca de um tema tão espinhoso. A tolerância frente às diferenças é seu mote mais caro. Além disso, e principalmente, este livro permite aos historiadores refletir não somente sobre a intolerância, o racismo e o anti-semitismo nas Américas, mas o quanto estas questões podem nos dizer sobre nós mesmos, os historiadores, sobre nosso ofício e nossas práticas.

bre compreensão e benevolência em meio às lutas da Resistência Francesa, em trincheiras e na prisão, antes de ser morto pelos nazistas.

Notas

¹ Uma serpente ilustra a capa do livro. O réptil é uma ilustração retirada da capa da edição em língua portuguesa de 1936 de “Os protocolos dos sábios de Sião”, traduzida, apostilada e prefaciada por Gustavo Barroso e editada pela Editora Minerva, de São Paulo.

² “Com as paixões do passado misturando seus reflexos aos partis pris do presente, o olhar se turva sem remédio e, assim como o mundo dos maniqueus, a humana realidade vira apenas um quadro em preto e branco.” Ver: BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 126.

³ Ver: BLOCH, *idem*, p. 126 e 128. Cabe lembrar que Bloch escreveu suas linhas so-